

**Luciano Fedozzi**

*Pesquisa, Análise e Elaboração*

**Cultura Política e Cidadania  
entre os Delegados do  
Orçamento Participativo de Porto Alegre**



Copyright © Luciano Fedozzi, 2009

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – IPPUR/FASE

COORDENAÇÃO GERAL  
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

[www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br)

**Projeto Gráfico e Produção**

**LETRAPITAL**

Telefax: (21) 2224-7071 / 2215-3781  
[www.lettracapital.com.br](http://www.lettracapital.com.br)

O Observatório das Metrôpoles é um grupo que funciona em rede, reunindo instituições e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não-governamental. A equipe constituída no Observatório vem trabalhando há 17 anos, envolvendo 97 principais pesquisadores e 59 instituições de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional, tendo como referência a compreensão das mudanças das relações entre sociedade, economia, Estado e os territórios conformados pelas grandes aglomerações urbanas brasileiras.

O Observatório das Metrôpoles tem como uma das suas principais características reunir Programas de Pós-graduação em estágios distintos de consolidação, o que tem permitido virtuosa prática de cooperação e intercâmbio científico através da ampla circulação de práticas e experiências acadêmicas. Por outro lado, o Observatório das Metrôpoles procura aliar suas atividades de pesquisa e ensino com a realização de atividades que contribuam para a atuação dos atores governamentais e da sociedade civil no campo das políticas públicas voltadas para esta área.

O Observatório das Metrôpoles integrou o Programa do Milênio do CNPq e, nos próximos 5 anos, integrará o Programa Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, também do CNPq, com apoio da FAPERJ. O objetivo do programa é desenvolver pesquisa, formar recursos humanos, desenvolver atividades de extensão e transferência de resultados para a sociedade e para os governos envolvidos, tendo como eixo a questão metropolitana. Por envolver grupos de pesquisas distribuídos em todas as 5 Grandes Regiões do país (Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul), as atividades de pesquisa que desenvolvemos permitem aprofundar o conhecimento da diversidade da realidade metropolitana do país e suas relações com as desigualdades regionais.

O Observatório das Metrôpoles é um programa plurinstitucional e pluridisciplinar que procura aliar pesquisa e ensino com a missão social de realizar e promover atividades que possam influenciar as decisões dos atores que intervêm no campo da política pública, tanto na esfera do governo, como da sociedade civil. O seu Programa de Trabalho para os próximos 5 anos está organizado nas seguintes linhas:

Linha I - Metropolização, dinâmicas intermetropolitanas e o território nacional.

Linha II - Dimensão sócio-espacial da exclusão/Integração nas metrôpoles: estudos comparativos.

Linha III - Governança urbana, cidadania e gestão das metrôpoles.

Linha IV - Monitoramento da realidade metropolitana e desenvolvimento institucional.



## SUMÁRIO

---

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO  | 7  |
| VALORES DA CIDADANIA NA CULTURA POLÍTICA DOS DELEGADOS DO OP  | 9  |
| Importância das esferas governamentais do Estado  | 9  |
| Direitos e deveres do bom exercício da cidadania  | 9  |
| Grau de interesse pela política, avaliação da democracia e percepção da administração pública no Brasil | 17 |
| ATITUDES E AÇÃO POLÍTICA DOS DELEGADOS DO OP:<br>MOBILIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E DISPOSIÇÃO PARA AÇÃO       | 23 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS  | 31 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS  | 34 |



## INTRODUÇÃO

---

O presente relatório apresenta os principais resultados da pesquisa com os delegados do Orçamento Participativo de Porto Alegre (doravante OP) no âmbito da investigação *Cultura Política e Cidadania* realizada pelo Observatório das Metrôpoles (IPPUR - UFRJ) em parceria com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (CS-UL) e o IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro)<sup>1</sup>.

São abordados indicadores que permitem comparação com dados sobre a cultura política extraídos da investigação realizada em diversas Regiões Metropolitanas do país, incluindo a Região Metropolitana de Porto Alegre<sup>2</sup>, assim como indicadores encontrados em outros países. Intenciona-se fornecer parâmetros empíricos e interpretativos frente a duas questões principais: a possível expressão de valores e de práticas de atuação dos delegados do OP consoantes com a denominada Nova Cultura Política (Clark et al., 2002; Cabral e Silva, s/d; e Azevedo, Santos Jr. e Ribeiro, 2007); e a existência ou não de possíveis aprendizagens favoráveis à formação de uma cultura política democrática - levando-se em conta a tradição autoritária na formação histórica do país - por parte dos indivíduos que se engajam de forma mais intensa e orgânica, como é o caso dos delegados do OP, na discussão para definir as prioridades orçamentárias da cidade de Porto Alegre que ocorre desde 1989.

O OP é uma prática de democracia participativa local que goza de legitimidade e de reconhecimento públicos, local, nacional e internacional, cuja existência contínua está completando duas décadas em 2009. Julga-se, portanto, que estas questões acima elencadas podem ajudar a elucidar a hipótese geral que associa a prática da participação à aprendizagem democrática. Ou seja, práticas participativas na discussão e decisão sobre as políticas públicas podem propiciar efeitos benéficos em termos democráticos, tanto relacionadas ao fortalecimento da dimensão institucional, como relacionadas a construção de novos valores e padrões de ação de atores da sociedade civil, especialmente em contextos de profunda desigualdade social e de vigência de uma cultura societária autoritária e passiva, como é o caso do Brasil.

Frise-se que os achados da pesquisa não podem ser generalizados como representativos de todos os participantes do OP. Isso porque na estrutura de funcionamento dessa modalidade de gestão local, os delegados formam instâncias representativas da ampla base social que participa das assembleias Regionais (16) e Temáticas (6) abertas a todos indivíduos a cada ano. Os delegados constituem, portanto, um grupo relativamente seletivo, eleitos na proporção de um para cada dez participantes nas assembleias. Eles formam os Fóruns de Delegados (FROP's) em cada região ou tema do OP, instâncias intermediárias de mediação e de relativo poder de decisão - frente às comunidades que representam e frente ao governo - durante todo o ciclo anual no funcionamento do processo participativo. Acima dos delegados, está o Conselho do Orçamento Participativo (COP), também eleito pelas assembleias anuais conforme o critério de dois conselheiros titulares e dois suplentes em cada região e temática. O COP é a instância máxima de decisão do OP que também tem funcionamento permanente durante todo o ciclo anual do orçamento.

1 O Observatório das Metrôpoles - IPPUR/UFRJ e o ICS-UL (Lisboa) vêm desenvolvendo trabalho comparativo sobre a análise das atitudes sociais dos brasileiros e dos portugueses no âmbito das redes do International Survey Research Programme (ISRP) e da European Social Survey (ESS).

2 Ver a análise de Silva e Côrtes sobre a RMPA (Observatório das Metrôpoles, 2008).

A investigação utilizou amostra probabilística inferida a partir do perfil social, em termos de sexo, escolaridade e faixa etária dos delegados do OP, conforme os percentuais desses indicadores extraídos da última pesquisa existente com os participantes do OP (2005)<sup>3</sup>. O número de entrevistados (383 casos) corresponde ao mesmo número que compôs a amostra da população de Porto Alegre incluída na amostra geral da RMPA (768 entrevistados). Todas as 16 Regiões e as 6 Assembléias Temáticas que constituem as formas de base da participação no OP estiveram representadas. A pesquisa foi realizada em novembro de 2008 e os respondentes foram selecionados a partir das listas dos delegados em exercício no ano de 2008.

### **Perfil sociodemográfico da amostra**

O perfil dos entrevistados (conforme **Anexo I**) é constituído por participação paritária entre os sexos, com leve maioria de mulheres (52,5% e 201 casos). O maior percentual quanto à faixa etária é dos que têm idade igual ou superior a 50 anos (37,9% e 145 casos). Entre 40 a 49 anos são 28,7% (e 110 casos). Os jovens, com idade entre 18 e 29 anos, são 12,5% (35 casos). A faixa intermediária entre 30 e 39 anos corresponde a 20,9% (80 casos). A maioria declarou ser de cor branca (60,3% e 231 casos). Os demais se declararam pretos (27,4% e 105 casos), pardos (9,7% e 37 casos), indígenas (1,6% e 6 casos) e amarelos (0,5% e 2 casos).

A distribuição por escolaridade demonstra que a maioria possui no máximo até o ensino fundamental incompleto ou completo (43,1% e 165 casos), seguido pelo nível de ensino médio, incompleto ou completo (40,2% e 154 casos), e pelo percentual de 15,4% (59 casos) que declarou possuir ensino superior, incompleto ou completo, além de 1,3% com pós-graduação (5 casos).

Há presença de um elevado percentual com situação de emprego que possibilita flexibilidade na carga horária de trabalho, como profissionais liberais e autônomos (29,2% e 11 casos) e aposentados (13,1 e 50 casos), que somam 42,3%. Empregados com tempo integral somam 24,8% (95 casos). A situação de flexibilidade horária e/ou não-trabalho provavelmente funciona como uma condição que facilita o desempenho das funções de representação no OP.

A maioria possui renda individual mensal de até dois salários mínimos (62,4% e 239 casos). Mas 80,9% (310 casos) se encontram na faixa de renda familiar de até cinco salários mínimos. A condição frente à unidade familiar amplamente majoritária é a de chefe de família (62,9% e 241 casos). Cônjuges são 27,9% (107 casos), e filhos ou agregados somam 9,2% (35 casos).

A maioria dos entrevistados (61,1% e 234 casos) não residiu sempre em Porto Alegre, isto é, se originam de outros municípios. Mas, três quartos declarou estar na cidade há mais de 26 anos (73,5% e 282 casos), tempo mais prolongado que a instituição do OP, cujo funcionamento completa, em 2009, 20 anos consecutivos.

Em síntese, os entrevistados podem ser caracterizados como sendo de ambos os sexos, com idade de 50 anos ou mais, de cor branca, com ensino fundamental incompleto ou completo, possuem renda familiar de até cinco salários mínimos, são chefes de família, possuem situações de emprego que lhes permite flexibilidade no exercício da carga horária e residem em Porto Alegre há quase três décadas.

---

3 Cf. Fedozzi, L. *Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas. Tomo Editorial, 2007. (ver [www.obervapoa.com.br](http://www.obervapoa.com.br))



### Importância das esferas governamentais do Estado

Os dados comparativos sobre a importância atribuída às eleições nos níveis de representação da União mostram que a instância local goza de grande prestígio entre os delegados do OP. Apesar de as eleições presidenciais terem obtido o maior percentual na avaliação - consideradas “muito importante” por 81,5% dos entrevistados - as eleições municipais foram avaliadas com esse mesmo grau de importância por 77% e ficaram a frente das eleições legislativas (73,9%). O sentimento de proximidade com o município é elevado. Juntamente com a região, o município é a instância que obteve o maior percentual de percepção “muito perto” (25,6%), comparativamente ao Brasil (14,6%) e à América Latina (8,9%). Esse dado provavelmente advém da experiência adquirida na prática da participação nas decisões locais cuja sistemática contínua e longa (duas décadas) provavelmente esteja contribuindo para valorizar essa instância institucional de poder. O município passou a ser visto também como ente responsável pela administração pública que pode interferir de forma importante nas condições de vida da população. Note-se que os percentuais não indicam perda da centralidade desempenhada pelo governo federal (ou pela presidência da república, no imaginário popular), mas, sim, papel significativo também atribuído à instância local.

### Direitos e deveres do bom exercício da cidadania

Duas questões chamam atenção na análise dos resultados obtidos com as perguntas sobre os deveres e os direitos da cidadania junto aos delegados do OP. A primeira diz respeito ao fato de que em todas as respostas - tanto nos quesitos dos deveres quanto nos dos direitos - as médias obtidas são superiores as verificadas nas demais cidades pesquisadas no país (**Tabelas 1 e 2**)<sup>4</sup>. A segunda questão, é que os tipos de respostas mais indicadas estão relacionadas com o tema da desigualdade social e com as práticas participativas e fiscalizatórias no âmbito da sociedade civil.

---

4 A exceção é a resposta “escolher produtos por razões políticas, éticas ou ambientais”, cuja média de 4,58 foi inferior a obtida em algumas cidades, além da própria amostra da RMPA.

Tabela 1: Opiniões sobre os deveres relativos ao bom exercício da Cidadania  
– Brasil, cidades selecionadas e delegados do OP

| <i>Deveres relativos à cidadania</i>                               | <i>Brasil</i> | <i>São Paulo</i> | <i>Porto Alegre</i> | <i>Porto Alegre/ Delegados do OP</i> | <i>Rio de Janeiro</i> | <i>Belo Horizonte</i> | <i>Recife</i> | <i>Natal</i> | <i>Goiânia</i> |
|--|---------------|------------------|---------------------|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|--------------|----------------|
| (i) Votar sempre nas eleições                                      | <b>5,68</b>   | 5,56             | <b>5,63</b>         | <b>6,56</b>                          | 5,44                  | 5,98                  | 5,87          | 5,90         | 5,88           |
| (ii) Nunca sonegar impostos  | <b>5,71</b>   | 5,76             | <b>5,81</b>         | <b>6,55</b>                          | 5,70                  | 6,12                  | 5,91          | 6,20         | 5,99           |
| (iii) Obedecer sempre às leis                                      | <b>6,12</b>   | 5,93             | <b>6,01</b>         | <b>6,29</b>                          | 6,07                  | 6,04                  | 6,27          | 6,28         | 6,25           |
| (iv) Manter-se informado sobre o Governo                           | <b>5,68</b>   | 5,64             | <b>5,77</b>         | <b>6,73</b>                          | 5,71                  | 5,04                  | 5,84          | 6,17         | 6,01           |
| (v) Participar em organizações sociais ou partidos                 | <b>4,61</b>   | 3,98             | <b>4,62</b>         | <b>6,63</b>                          | 4,62                  | 4,06                  | 5,05          | 5,34         | 4,99           |
| (vi) Tentar compreender diferentes opiniões                        | <b>5,74</b>   | 5,74             | <b>5,72</b>         | <b>6,59</b>                          | 5,84                  | 6,02                  | 6,16          | 6,22         | 5,88           |
| (vii) Escolher produtos por razões políticas, éticas ou ambientais | <b>4,36</b>   | 4,04             | <b>4,80</b>         | <b>4,58</b>                          | 4,50                  | 4,80                  | 4,90          | 5,38         | 4,77           |
| (viii) Ajudar as pessoas necessitadas do Brasil                    | <b>6,46</b>   | 6,30             | <b>6,23</b>         | <b>6,79</b>                          | 6,42                  | 6,35                  | 6,66          | 6,72         | 6,34           |
| (ix) Ajudar as pessoas de outras partes do mundo                   | <b>6,23</b>   | 6,06             | <b>5,63</b>         | <b>6,50</b>                          | 6,17                  | 5,88                  | 6,43          | 6,60         | 6,26           |
| (x) Prestar Serviço militar  | <b>5,05</b>   | 4,23             | <b>4,51</b>         | <b>5,59</b>                          | 5,20                  | 4,96                  | 5,34          | 5,75         | 5,25           |
| Média  | <b>5,57</b>   | 5,32             | <b>5,48</b>         | <b>6,28</b>                          | 5,61                  | 5,53                  | 5,86          | 6,06         | 5,77           |
| N  | <b>2000</b>   | 384              | <b>384</b>          | <b>370</b>                           | 500                   | 384                   | 384           | 384          | 384            |

**Nota:**  $\chi^2(18) = 249,034$  ;  $p < 0,001$ .

Observações: Indicador de 1 a 7, sendo 7 - Muito importante e 1 - Nada importante.

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006.  
Para delegados do OP de Porto Alegre.

Tabela2: Opiniões sobre os direitos de Cidadania – Brasil, cidades selecionadas e delegados do OP

| Direitos do cidadão  | Brasil      | São Paulo | Porto Alegre | Porto Alegre/<br>Delegados do OP | Rio de Janeiro | Belo Horizonte | Recife | Natal | Goiânia |
|--|-------------|-----------|--------------|----------------------------------|----------------|----------------|--------|-------|---------|
| (i) Nível de vida digno  | <b>6,64</b> | 6,55      | <b>6,59</b>  | <b>6,97</b>                      | 6,71           | 6,68           | 6,68   | 6,79  | 6,68    |
| (ii) Autoridades respeitarem os direitos das minorias                      | <b>6,46</b> | 6,45      | <b>6,56</b>  | <b>6,90</b>                      | 6,61           | 5,63           | 6,68   | 6,69  | 6,73    |
| (iii) Autoridades tratem todas as pessoas como iguais                      | <b>6,66</b> | 6,57      | <b>6,57</b>  | <b>6,91</b>                      | 6,76           | 6,63           | 6,70   | 6,77  | 6,81    |
| (iv) Políticos escutarem os cidadãos                                       | <b>6,55</b> | 6,38      | <b>6,54</b>  | <b>6,92</b>                      | 6,73           | 6,45           | 6,53   | 6,54  | 6,67    |
| (v) Ter mais oportunidades de participar das decisões de interesse público | <b>6,46</b> | 6,23      | <b>6,35</b>  | <b>6,88</b>                      | 6,69           | 6,41           | 6,40   | 6,64  | 6,46    |
| Média  | <b>6,55</b> | 6,44      | <b>6,52</b>  | <b>6,92</b>                      | 6,71           | 6,36           | 6,60   | 6,69  | 6,67    |
| N  | <b>2000</b> | 384       | <b>384</b>   | <b>380</b>                       | 500            | 384            | 384    | 384   | 384     |

Nota:  $\chi^2(18) = 249,034$  ;  $p < 0,001$ .

Observações: Indicador de 1 a 7, sendo 7 - Muito importante e 1 - Nada importante.

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre (2008).

Como se pode ver, a maior média na pergunta sobre dever do bom exercício da cidadania é a da resposta “ajudar as pessoas necessitadas do Brasil”, apontada como “muito importante” por 87,5% dos delegados do OP. A seguir, ressaltam-se as respostas “manter-se informado sobre as atividades do governo” e “participar em organizações sociais ou partidos”, também classificadas como “muito importante” por respectivamente 83,8% e 80,2%.

Da mesma forma, a resposta “nível de vida digno” é a mais indicada quando se trata da percepção sobre os direitos da cidadania (avaliada como “muito importante” por 97,4%), seguida pelas respostas que dizem que os “políticos devem escutar os cidadãos antes de tomarem as decisões e que “as autoridades devem tratar todas as pessoas como iguais”, independentemente de sua posição social, ambas com 95% de avaliação como “muito importante”.

No conjunto, as médias das respostas indicam que a cultura política de cidadania, para a grande maioria dos delegados do OP, está associada principalmente a um padrão de representações a) *com forte conteúdo igualitário* que contraria a histórica desigualdade social e civil da sociedade brasileira; b) *com a importância da participação nas organizações sociais e nos partidos*; bem como com c) *a necessidade do controle social sobre as ações governamentais*. Esses elementos, de fato, se apresentam como questões presentes na longa experiência de democracia participativa praticada pelo OP.

Tomando-se as médias do conjunto das respostas tanto nos direitos quanto nos deveres não há diferença significativa entre os sexos e entre as faixas etárias no padrão das respostas. As mu-

Iheres se destacam, com exceção, em dois itens nos deveres de cidadania: maior ativismo e maior preocupação com a solidariedade. As médias das mulheres são significativamente superiores nas respostas que entendem ser dever a participação em associações e movimentos (média 6,78 contra 6,47 dos homens) e a ajuda aos necessitados no Brasil (média 6,92 contra 6,65 dos homens) (**Tabela 3**).

Tabela 3 - Médias dos deveres relativos à cidadania e sexo

|           | MÉDIA | VOTAR NAS ELEIÇÕES | NÃO SONEGAR IMPOSTOS | OBEDECER À LEI | INFORMAR-SE DAS ATIVIDADES DO GOVERNO | PARTICIPAR DE ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS | COMPREENDER OPINIÕES DIFERENTES | ESCOLHER PRODUTOS POR RAZÕES ÉTICAS POLÍTICAS AMBIENTAIS | AJUDAR NECESSITADOS NO BRASIL | AJUDAR NECESSITADOS DE OUTRAS PARTES DO MUNDO | PRESTAR SERVIÇO MILITAR |
|-----------|-------|--------------------|----------------------|----------------|---------------------------------------|--|---------------------------------|--|-------------------------------|---|-------------------------|
| Masculino | 6,19  | 6,49               | 6,44                 | 6,13           | 6,62                                  | 6,47                                   | 6,48                            | 4,61   | 6,65                          | 6,34  | 5,65                    |
| Feminino  | 6,37  | 6,63               | 6,65                 | 6,44           | 6,83                                  | <b>6,78</b>                            | 6,69                            | 4,55   | <b>6,92</b>                   | 6,63  | 5,53                    |
| CONJUNTO  | 6,28  | 6,56               | 6,55                 | 6,29           | 6,73                                  | 6,63                                   | 6,59                            | 4,58   | 6,79                          | 6,5   | 5,59                    |

Observações: Indicador de 1 a 7, sendo 7 - Muito importante e 1 - Nada importante.

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas. Os nomes dos critérios discriminantes estão em azul.

Os números em azul correspondem às médias por categoria significativamente diferentes do conjunto da amostra (ao risco de 5%).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006.

Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

A escolaridade diferencia a opinião dos participantes unicamente no dever de prestação do serviço militar. Ocorre um contraste estatisticamente significativo entre o grupo com ensino superior (com média 4,77), que tende a desvalorizar essa atividade, e o grupo com ensino até a 4ª série fundamental (média 6,39), que vê nessa modalidade um dever importante da cidadania (**Tabela 4**).

Tabela 4 - Médias dos Deveres relativos à Cidadania e Escolaridade dos Delegados do OP

| ESCOLARIDADE               | MÉDIA | VOTAR NAS ELEIÇÕES | NÃO SONEGAR IMPOSTOS | OBEDECER À LEI | INFORMAR-SE DAS ATIVIDADES DO GOVERNO | PARTICIPAR DE ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS | COMPREENDER OPINIÕES DIFERENTES | ESCOLHER PRODUTOS POR RAZÕES ÉTICAS POLÍTICAS AMBIENTAIS | AJUDAR NECESSITADOS NO BRASIL | AJUDAR NECESSITADOS DE OUTRAS PARTES DO MUNDO | PRESTAR SERVIÇO MILITAR |
|----------------------------|-------|--------------------|----------------------|----------------|---------------------------------------|--|---------------------------------|--|-------------------------------|---|-------------------------|
| Até a 4ª série fundamental | 6,46  | 6,43               | 6,73                 | 6,59           | 6,76                                  | 6,76                                   | 6,65                            | 4,89   | 6,89                          | 6,57  | <b>6,39</b>             |
| 5ª a 8ª série Fundamental  | 6,31  | 6,61               | 6,57                 | 6,45           | 6,64                                  | 6,61                                   | 6,44                            | 4,36   | 6,80                          | 6,61  | 5,76                    |
| Ensino médio               | 6,34  | 6,57               | 6,49                 | 6,16           | 6,79                                  | 6,61                                   | 6,68                            | 4,68   | 6,75                          | 6,50  | 5,60                    |
| Ensino superior            | 6,32  | 6,50               | 6,56                 | 6,11           | 6,73                                  | 6,66                                   | 6,63                            | 4,57   | 6,80                          | 6,22  | <b>4,77</b>             |
| CONJ.                      | 6,34  | 6,56               | 6,55                 | 6,29           | 6,73                                  | 6,63                                   | 6,59                            | 4,58   | 6,79                          | 6,50  | 5,59                    |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas. Os números em azul e vermelho correspondem às médias por categoria significativamente diferentes, respectivamente, maiores e menores, do conjunto da amostra (ao risco de 5%).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

Também a renda familiar se mostra interveniente no padrão das respostas, mas apenas para destacar as opiniões significativamente diferentes do grupo com maior renda (superior a 10 salários mínimos). Estes, na maior parte dos deveres apresentam médias superiores, como se pode ver na **Tabela 5**. Veja-se que o grupo com maior renda se posiciona com diferenças significativas nos tipos de deveres de cidadania associados à solidariedade com os mais necessitados no Brasil e no mundo e, ao mesmo tempo, com questões atinentes à ordem social (votar sempre, não sonegar impostos, obedecer à lei, informar-se sobre o governo). Todavia, não apresentam médias significativamente diferentes em deveres que poderiam caracterizar uma consciência de caráter democrático societário, como escolha de produtos por razões éticas, políticas e ambientais, compreender as opiniões diferentes e participar de associações e movimentos. Ou seja, a renda não diferencia o padrão desse tipo de deveres de cidadania dentre os delegados do OP.

Tabela 5: Médias dos Deveres relativos à Cidadania e Renda Familiar dos Delegados do OP

| RENDA FAMILIAR | MÉDIA | VOTAR NAS ELEIÇÕES | NÃO SONEGAR IMPOSTOS | OBEDECER À LEI | INFORMAR-SE DAS ATIVIDADES DO GOVERNO | PARTICIPAR DE ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS | COMPREENDER OPINIÕES DIFERENTES | ESCOLHER PRODUTOS POR RAZÕES ÉTICAS POLÍTICAS AMBIENTAIS | AJUDAR NECESSITADOS NO BRASIL | AJUDAR NECESSITADOS DE OUTRAS PARTES DO MUNDO | PRESTAR SERVIÇO MILITAR |
|----------------|-------|--------------------|----------------------|----------------|---------------------------------------|--|---------------------------------|--|-------------------------------|---|-------------------------|
| ATÉ 2 SM       | 6,41  | 6,62               | 6,72                 | 6,33           | 6,78                                  | 6,74                                   | 6,60                            | 4,62   | 6,84                          | 6,58  | 5,74                    |
| 2 A 5 SM       | 6,31  | 6,59               | 6,41                 | 6,31           | 6,71                                  | 6,66                                   | 6,57                            | 4,47   | 6,77                          | 6,49  | 5,64                    |
| 5 A 10 SM      | 6,23  | 6,23               | 6,46                 | 6,12           | 6,62                                  | 6,38                                   | 6,50                            | 4,83   | 6,66                          | 6,28  | 5,03                    |
| MAIS DE 10 SM  | 6,70  | <b>6,88</b>        | <b>6,94</b>          | <b>6,69</b>    | <b>7,00</b>                           | 6,75                                   | 6,75                            | 5,56   | <b>7,00</b>                   | <b>6,88</b>                                   | 5,69                    |
| CONJUNTO       | 6,34  | 6,56               | 6,55                 | 6,29           | 6,73                                  | 6,63                                   | 6,59                            | 4,58   | 6,79                          | 6,5   | 5,59                    |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os números em azul correspondem às médias por categoria significativamente diferentes do conjunto da amostra (ao risco de 5%).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

No que tange aos direitos de cidadania, se percebe grande semelhança no padrão das opiniões entre os públicos com distintos níveis de escolaridade. Isto é, a escolaridade, como fator social derivado dos capitais econômico e cultural, não demonstra ser um fator que divide ou distancia o imaginário dos delegados do OP quanto aos direitos de cidadania. Esse fenômeno é reforçado pelo fato de que os dois pólos da estratificação escolar (instrução até a 4ª série fundamental e ensino superior) se destacam igualmente nos mesmos tipos de direitos que apresentam médias significativamente superiores: os direitos de nível de vida digno e de respeito das autoridades pelas minorias (**Tabela 6**).

Tabela 6 - Médias dos Direitos dos Cidadãos e Escolaridade

| ESCOLARIDADE               | MÉDIA | NÍVEL DE VIDA DIGNO | AUTORIDADES RESPEITAREM MINORIAS | AUTORIDADES TRATAREM TODOS COMO IGUAIS | POLÍTICOS ESCUTAREM CIDADÃOS | PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES DE INTERESSE PÚBLICO | PARTICIPAR EM DESOBEDIÊNCIA CIVIL |
|----------------------------|-------|---------------------|----------------------------------|--|------------------------------|--|-----------------------------------|
| Até a 4ª série fundamental | 6,75  | 7,00                | 7,00                             | 6,95                                   | 6,92                         | 6,92   | 5,69                              |
| 5ª a 8ª série fundamental  | 6,54  | 6,96                | 6,89                             | 6,91                                   | 6,82                         | 6,87   | 4,79                              |
| Ensino médio               | 6,60  | 6,97                | 6,86                             | 6,93                                   | 6,97                         | 6,93   | 4,94                              |
| Ensino superior            | 6,63  | 7,00                | 6,98                             | 6,84                                   | 7,00                         | 6,78   | 5,17                              |
| CONJUNTO                   | 6,60  | 6,97                | 6,90                             | 6,91                                   | 6,92                         | 6,88   | 5,00                              |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas. Os números em azul correspondem às médias por categoria significativamente diferentes do conjunto da amostra (ao risco de 5%).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre 2008.

Como se pode ver a seguir é o fator renda familiar o que mais interfere na diferença que os delegados apresentam na percepção sobre os direitos de cidadania. Conforme a **Tabela 7** existe leve tendência de diferenciação significativa em alguns tipos de direitos de acordo com a maior renda dos delegados. Destacam-se os direitos que expressam a preocupação com a igualdade social, já no segmento com renda familiar de mais de cinco salários mínimos (média do direito a um nível de vida digno), assim como outras respostas relativas aos direitos civis e políticos que estão mais próximas de uma nova cultura política, como as autoridades respeitarem as minorias e tratem todos como iguais e os políticos escutarem os cidadãos (todos com médias 7,0).

Tabela 7 - Médias dos Direitos dos Cidadãos e Renda Familiar dos Delegados do OP

| RENDA FAMILIAR | MÉDIA | NÍVEL DE VIDA DIGNO | AUTORIDADES RESPEITAREM MINORIAS | AUTORIDADES TRATAREM TODOS COMO IGUAIS | POLÍTICOS ESCUTAREM CIDADÃOS | PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES DE INTERESSE PÚBLICO | PARTICIPAR EM DESOBEDIÊNCIA CIVIL |
|----------------|-------|---------------------|----------------------------------|--|------------------------------|--|-----------------------------------|
| ATÉ 2 SM       | 6,59  | 6,97                | 6,92                             | 6,88                                   | 6,89                         | 6,91   | 4,97                              |
| 2 A 5 SM       | 6,61  | 6,96                | 6,89                             | 6,93                                   | 6,90                         | 6,89   | 5,06                              |
| 5 A 10 SM      | 6,61  | 7,00                | 7,00                             | 6,87                                   | 6,97                         | 6,80   | 5,00                              |
| MAIS DE 10 SM  | 6,67  | 7,00                | 7,00                             | 7,00                                   | 7,00                         | 6,88   | 5,13                              |
| CONJUNTO       | 6,60  | 6,97                | 6,90                             | 6,91                                   | 6,92                         | 6,88   | 5,00                              |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os números em azul correspondem às médias por categoria significativamente diferentes do conjunto da amostra (ao risco de 5%).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

Fica fora do rol destacado pelo critério renda, assim como no da escolaridade, o direito de participação em ações de desobediência civil. Aliás, esse direito é relevante (significância estatística) apenas quando são analisadas as médias das respostas de acordo com o critério **racial/étnico**. O grupo de cor preta é o único grupo, isoladamente, que apresenta essa disposição (média de 5,75, contra 4,79 dos brancos e 4,39 dos pardos, amarelos e indígenas). A média também é elevada entre os jovens (18-29 anos) (5,45) comparativamente às demais faixas de idade, embora sem adquirir significância estatística.

Tabela 8 - Médias dos Direitos dos Cidadãos e Faixa etária dos Delegados do OP

| FAIXA ETÁRIA | MÉDIA | NÍVEL DE VIDA DIGNO | AUTORIDADES RESPEITAREM MINORIAS | AUTORIDADES TRATAREM TODOS COMO IGUAIS | POLÍTICOS ESCUTAREM CIDADÃOS | PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES DE INTERESSE PÚBLICO | PARTICIPAR EM DESOBEDIÊNCIA CIVIL |
|--------------|-------|---------------------|----------------------------------|--|------------------------------|--|-----------------------------------|
| 18-29 anos   | 6,69  | 6,94                | 6,96                             | 6,87                                   | 6,98                         | 6,94   | 5,45                              |
| 30-39 anos   | 6,60  | 6,95                | 6,95                             | 6,96                                   | 6,90                         | 6,93   | 4,90                              |
| 40-49 anos   | 6,59  | 6,98                | 6,94                             | 6,90                                   | 6,94                         | 6,80   | 4,97                              |
| 50 anos ou + | 6,58  | 6,99                | 6,83                             | 6,90                                   | 6,90                         | 6,90   | 4,94                              |
| CONJUNTO     | 6,60  | 6,97                | 6,90                             | 6,91                                   | 6,92                         | 6,88   | 5,00                              |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os critérios não permitem discriminar as categorias.

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

Esse fato adquire alta relevância na transformação da cultura política do país e provavelmente expressa o avanço da consciência negra que vem ocorrendo nas últimas décadas no país (vide a polêmica em torno da adoção de políticas de discriminação positiva por meio das quotas raciais para o ensino superior).

Tabela 9 - Médias dos Direitos dos Cidadãos e Cor ou Raça dos Delegados do OP

| RAÇA/COR               | MÉDIA | NÍVEL DE VIDA DIGNO | AUTORIDADES RESPEITAREM MINORIAS | AUTORIDADES TRATAREM TODOS COMO IGUAIS | POLÍTICOS ESCUTAREM CIDADÃOS | PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES DE INTERESSE PÚBLICO | PARTICIPAR EM DESOBEDIÊNCIA CIVIL |
|------------------------|-------|---------------------|----------------------------------|--|------------------------------|--|-----------------------------------|
| Branca                 | 6,56  | 6,99                | 6,88                             | 6,90                                   | 6,90                         | 6,87   | 4,79                              |
| Preta                  | 6,74  | 6,97                | 6,93                             | 6,92                                   | 6,95                         | 6,91   | 5,75                              |
| Parda/Amarela/Indígena | 6,49  | 6,91                | 6,96                             | 6,91                                   | 6,91                         | 6,87   | 4,39                              |
| CONJUNTO               | 6,60  | 6,97                | 6,90                             | 6,91                                   | 6,92                         | 6,88   | 5,00                              |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os números em azul correspondem às médias por categoria significativamente diferentes do conjunto da amostra (ao risco de 5%).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

Se esses dados de certa forma confirmam as já conhecidas e esperadas percepções redistributivistas e de exercício da *accountability* na cultura de cidadania dos participantes mais engajados no funcionamento do OP (como o são os delegados), vale destacar que os dados revelam os limites da consciência predominante desse público frente à perspectiva mais crítica e transformadora da ordem social. Isso pode ser percebido pelas respostas obtidas no tema da *obediência ou conflito com a lei*. A média da resposta a pergunta “obedecer sempre a lei e regulamentos” (6,29) segue a tendência geral e é maior comparativamente às demais regiões do país pesquisadas (e à população de Porto Alegre que não participa do OP). Essa assertiva foi classificada como “muito importante” por 64%. Há ainda uma clara divisão de opiniões quando se trata do conflito entre “seguir a lei ou a própria consciência em certas ocasiões”. Da mesma forma, o menor percentual obtido entre as respostas dos direitos de cidadania é o que trata do direito à “participação em ações de desobediência civil”. É o único classificado como “muito importante” por menos da metade dos respondentes (41,3%). Essa tendência também ocorre pelo lado dos deveres com a questão do “serviço militar” (média de 5,59 e 58, % de classificação como “muito importante”).

Ora, se por um lado, a adesão normativa à ordem racional-legal pode representar um avanço

civilizatório, pois a perspectiva do sistema social enseja possibilidades da consciência de cidadania baseada nas normas impessoais como critério de justiça (frente à tradição particularista, patrimonialista e pessoalizada da híbrida formação brasileira, conforme apontam estudos clássicos (Holanda, 1993; Faoro, 1958; DaMatta, 1991a e 1991b), por outro lado, esse estágio de consciência representativo da “Lei e Ordem” é compatível com a perspectiva de uma cidadania conformada. Ele não expressa ainda uma consciência crítica que sobrepõe a *justiça* necessária ao *ordenamento jurídico-político* ou aos valores dominantes na sociedade, como é caso da consciência pós-convencional (Kohlberg, 1969 e 1981; Habermas, 1983 e 1989) quando valores como *justiça, liberdade e igualdade* adquirem prioridade sobre os demais *direitos (propriedade) da ordem social*<sup>5</sup>.

Chama atenção ainda a menor importância atribuída aquele rol de deveres contemporâneos atribuídos ao consumo responsável que é parte de uma Nova Cultura Política mundial. A resposta “escolher produtos por razões políticas, éticas ou ambientais, mesmo que eles custem mais caro” obteve a menor média entre todas (4,58) e apenas 30,8% o consideram um dever “muito importante”. Esse baixo valor se constituiu exceção ao padrão de médias mais altas obtidas com os delegados do OP em comparação com outras regiões pesquisadas (ver **Tabela 1**). O dado questiona, dentre os delegados do OP, a hipótese do alargamento ou mesmo do deslocamento, no âmbito de uma Nova Cultura Política, da preocupação com os temas clássicos ligados à desigualdade social para temas de caráter sócio-cultural. Uma das causas para isso pode estar na baixa renda familiar da maioria dos participantes que dificulta a prática da aquisição de produtos mais onerosos. Não obstante, 37,3% declarou que nunca faria esse tipo de ação. Por outro lado, a baixa importância atribuída no OP à discussão de questões específicas e menos pragmáticas ou concretas, a exemplo do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, das políticas para gênero, juventude e questões raciais/étnicas, tem sido apontada como aspecto falho do mesmo<sup>6</sup>.

Esses dados, somados ao fato de que não se constatarem alterações importantes na percepção dos direitos ou dos deveres de cidadania associados ao *maior tempo de participação no OP (Tabelas 10)*, problematizam o possível alcance ou impacto mais profundo na transformação da consciência social dos participantes, algo comumente atribuído a esse processo participativo. Entretanto, como ver-se-á mais adiante, o possível papel de “escola de cidadania” do OP é mais nítido no tocante ao crescimento do ativismo em todas as modalidades de ação sociopolítica, assim como no nível relacionado à atividade política propriamente dita, ao olhar crítico quanto às formas de gestão pública e à valorização do regime democrático participativo. Esses aspectos, embora com assimetrias decorrentes das condições de renda familiar, escolaridade e faixa etária, sugerem que o OP possa estar se constituindo como estrutura de oportunidades para aprendizagens de cidadania ativa.

5 Para uma discussão aprofundada sobre os temas da justiça, da ordem e da transformação social na perspectiva dos níveis de consciência moral - como núcleo da consciência social e de cidadania - aplicada ao caso do OP de Porto Alegre, ver o estudo *O Eu e os outros: participação e transformação da consciência social e de cidadania* (Fedozzi, 2008) (Tomo Editorial e Observatório das Metrôpoles)..

6 Ver o estudo *Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre* (Fedozzi, 2007)



Tabela 10 - Médias dos Deveres de Cidadania e Tempo de Participação no OP

| TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO OP | MÉDIA | VOTAR-NAS ELEIÇÕES | NÃO SONEGAR IMPÓSTOS | OBEDECER À LEI | INFORMAR-SE DAS ATIVIDADES DO GOVERNO | PARTICIPAR DE ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS | COMPREENDER OPINIÕES DIFERENTES | ESCOLHER PRODUTOS POR RAZÕES ÉTICAS POLÍTICAS AMBIENTAIS | AJUDAR NECESSITADOS NO BRASIL | AJUDAR NECESSITADOS DE OUTRAS PARTES DO MUNDO | PRESTAR SERVIÇO MILITAR |
|-----------------------------|-------|--------------------|----------------------|----------------|---------------------------------------|--|---------------------------------|--|-------------------------------|---|-------------------------|
| Menos de 4 anos             | 6,27  | 6,42               | 6,57                 | 6,34           | 6,66                                  | 6,59                                   | 6,65                            | 4,49   | 6,8                           | 6,46  | 5,73                    |
| De 4 a 12 anos              | 6,34  | 6,68               | 6,67                 | 6,3            | 6,79                                  | 6,7                                    | 6,64                            | 4,63   | 6,87                          | 6,63  | 5,5                     |
| De 12 anos ou mais          | 6,18  | 6,64               | 6,27                 | 6,18           | 6,73                                  | 6,58                                   | 6,34                            | 4,65   | 6,61                          | 6,31  | 5,47                    |
| COMJUNTO                    | 6,28  | 6,56               | 6,55                 | 6,29           | 6,73                                  | 6,63                                   | 6,59                            | 4,58   | 6,79                          | 6,5   | 5,59                    |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os critérios não permitem discriminar as categorias.

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

Tabela 11 - Médias dos Direitos dos Cidadãos e Tempo de Participação no OP

| TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO OP | MÉDIA | NÍVEL DE VIDA DIGNO | AUTORIDADES RESPEITAREM MINORIAS | AUTORIDADES TRATAREM TODOS COMO IGUAIS | POLÍTICOS ESCUTAREM CIDADÃOS | PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES DE INTERESSE PÚBLICO |
|-----------------------------|-------|---------------------|----------------------------------|--|------------------------------|--|
| Menos de 4 anos             | 6,94  | 6,98                | 6,96                             | 6,93                                   | 6,94                         | 6,87   |
| De 4 a 12 anos              | 6,93  | 6,97                | 6,87                             | 6,96                                   | 6,94                         | 6,91   |
| De 12 anos ou mais          | 6,86  | 6,99                | 6,85                             | 6,78                                   | 6,82                         | 6,85   |
| CONJUNTO                    | 6,92  | 6,97                | 6,9                              | 6,91                                   | 6,92                         | 6,88   |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os critérios não permitem discriminar as categorias.

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

## Grau de interesse pela política, avaliação da democracia e percepção da administração pública no Brasil

Os delegados do OP demonstram altos índices de interesse pela política. Comparativamente às regiões pesquisadas no país eles obtêm isoladamente a maior média (3,15 na escala de 1 a 4) (**Tabela 12**) e altos percentuais que medem o grau de interesse: 76,2% corresponde a soma das categorias “muito interesse” (45,2%) e “algum interesse” (29,2%).

Tabela 12: Grau de Interesse na Política – Brasil e cidades selecionadas, 2006. Delegados do OP, 2008

|                              | Média               | N           |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| São Paulo                    | 2,29 <sup>d</sup>   | 381         |
| Porto Alegre                 | 2,24 <sup>d</sup>   | 378         |
| Porto Alegre/Delegados do OP | 3,15                | <b>380</b>  |
| Rio de Janeiro               | 1,90 <sup>b</sup>   | 487         |
| Belo Horizonte               | 1,64 <sup>a</sup>   | 374         |
| Recife                       | 1,95 <sup>b,c</sup> | 369         |
| Natal                        | 1,68 <sup>a</sup>   | 374         |
| Goiânia                      | 2,07 <sup>c</sup>   | 380         |
| <b>Brasil</b>                | <b>1,88</b>         | <b>1954</b> |

Notas: Escala: 1 – não tem interesse nenhum a 4 – muito interessado

ANOVA:  $F(6, 2736) = 27,829$ ;  $p < 0,001$ .

Letras diferentes representam grupos estatisticamente diferentes entre si e letras iguais representam grupos não estatisticamente diferentes entre si. Duncan a  $p < 0,05$ .

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

Dois fatores demonstram interveniência significativa no nível de interesse pela política dos delegados do OP: o nível de ensino e o tempo de participação. O grupo com ensino de 5ª a 8ª série fundamental apresenta menos interesse e o grupo com ensino superior, mais interesse (**Tabela 13**). Embora sem significância estatística é possível inferir-se que os jovens expressam menor interesse na política em relação às demais idades (**Tabela 15**).

O maior tempo de participação no OP representa aumento significativo de interesse na política (**Tabela 14**). Isso pode significar que a participação prolongada no tempo, no sistema criado pelo OP, exerça efeitos de aprendizagens importantes para a democracia, aumentando a valoração da política como instância de mediação social entre grupos e classes.

Tabela 13 - Médias do Grau de Interesse na Política e Escolaridade dos delegados do OP

| ESCOLA 21                  | INTERESSE NA POLÍTICA |
|----------------------------|-----------------------|
| Até a 4ª serie fundamental | <b>2,84</b>           |
| 5ª a 8ª fundamental        | <b>2,92</b>           |
| Ensino médio               | <b>3,31</b>           |
| Ensino superior            | <b>3,44</b>           |
| <b>CONJUNTO</b>            | 3,15                  |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os nomes dos critérios discriminantes são enquadrados. Os números enquadrados correspondem às médias por categoria significativamente diferentes do conjunto da amostra (ao risco de 5%).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

Tabela 14 - Médias do Grau de Interesse na Política e Tempo de Participação dos Delegados do OP

| Tempo participa OP | INTERESSE NA POLÍTICA |
|--------------------|-----------------------|
| Menos de 4 anos    | 3,01                  |
| De 4 a 12 anos     | 3,08                  |
| 12 anos ou mais    | 3,60                  |
| <b>CONJUNTO</b>    | 3,15                  |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os nomes dos critérios discriminantes são enquadrados. Os números enquadrados correspondem às médias por categoria significativamente diferentes do conjunto da amostra (ao risco de 5%).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre 2008.

Tabela 15 - Médias do Grau de Interesse na Política e Faixa etária

| FAIXA ETÁRIA    | INTERESSE NA POLÍTICA |
|-----------------|-----------------------|
| 19-29 anos      | 2,98                  |
| 30-39 anos      | 3,04                  |
| 40-49 anos      | 3,24                  |
| 50 anos ou +    | 3,21                  |
| <b>CONJUNTO</b> | 3,15                  |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os critérios não permitem discriminar as categorias.

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre 2008.

Essa percepção relativamente positiva quanto à política é acompanhada de relativa adesão normativa ao regime democrático, pois quase 85% considera que “a democracia é um regime bom”. Além disso, o alto percentual dos que consideram que é “muito importante” votar sempre nas eleições fortalece a hipótese de que a experiência mais intensa com o OP - como é o caso da função desempenhada pelos delegados - pode contribuir para a criação de uma cultura contrária ao disseminado descrédito na política, conforme a tradição autoritária do país e a realidade contemporânea.

Não obstante, essa adesão normativa aos valores democráticos deve ser relativizada. Isso porque parcela considerável (41%) admite que o governo, quando considerar necessário, deve limitar os direitos democráticos, contra 50,1% que entende que isso não deve ocorrer em nenhuma circunstância (8,9% não sabe ou não respondeu). Esses dados podem indicar que apesar da evolução na adesão ao regime democrático há resquícios consideráveis da matriz histórica da cultura política no país, que dão margem a opções autoritárias. Essa tensão é captada pela percepção sobre o papel dos partidos políticos. Por um lado, a maioria dos delegados do OP entende que estas instituições clássicas “incentivam as pessoas a serem politicamente ativas” (45,2% “concordam” e 6,8% “concordam totalmente” com a afirmação). Mas, ao mesmo tempo, a maioria expressa posição crítica quanto ao papel de representação que os partidos políticos exercem, pois entendem que eles “não dão aos eleitores escolhas políticas reais” (52,2% “concordam” e 11,5% “concordam totalmente” com essa interpretação). Esses dados são coerentes com uma dupla situação vivenciada pelos delegados do OP: a alta adesão aos partidos políticos e, ao mesmo, a identificação com outras organizações da sociedade civil como as que melhor representam seus interesses (**Tabela 16**).

De fato, quase metade dos delegados do OP pertence ou já pertenceu aos partidos políticos, sendo que 30,5% participa ativamente deles. Outros 61,9% participou de reunião política ou comício no último ano. Esses índices são significativamente elevados em relação à população em geral.

Os percentuais na escala das posições políticas indicam que os dois pólos, esquerda e direita, são majoritários, ficando o centro com 23,5% das respostas. A distribuição percentual sinaliza para a tendência de posicionamento dos delegados à esquerda com 33,2% (sendo 14,9% correspondente a 01=esquerda na escala), contra 31,9% à direita (e 6,8% correspondendo a 10=direita na escala). Não é possível, entretanto, conhecer-se o significado dessa autolocalização ideológica quanto aos termos esquerda e direita.

Em termos de identificação partidária apenas 23,8% declarou não possuí-la. O PT continua obtendo o maior percentual de preferência (38,9%), seguido pelo PMDB (11%), partido atual do Prefeito. A alta taxa de adesão partidária entre os delegados do OP pode sinalizar um processo de partidarização do mesmo, embora esta hipótese deva ser relativizada. Isso porque dentre o público participante na base do processo, isto é, nas assembleias regionais e temáticas anuais, praticamente metade não tem preferência partidária<sup>7</sup>. Essa identificação com os partidos ocorre em grau maior nas instâncias de representação, sejam intermediárias, como os fóruns de delegados (regionais e temáticos) ou no Conselho do OP, instância máxima de sua estrutura.

A importância do pertencimento aos partidos e de suas conseqüências na dinâmica da cultura política dos delegados do OP não deve ser exagerada. Primeiro, porque o vínculo com os partidos não é suficiente para definir a posição eleitoral dos delegados. A grande maioria entende que nas eleições para prefeito é mais importante votar no candidato e não no partido (78,3% contra 19,8%). Em segundo lugar, o pertencimento aos partidos, embora significativo, não obscurece a forte identidade que os delegados têm com as organizações sociais que constituem a base da ação no OP, como as Associações de Moradores e organizações não-governamentais. O reconhecimento de que

7 49,3% dos participantes em geral do OP não tinham preferência partidária em 2005 (Fedozzi, 2007)

seus interesses estão melhor representados por essas entidades da sociedade civil, assim como os sindicatos e associações profissionais, é maior comparativamente ao que é atribuído aos partidos políticos em geral.

Tabela 16 - Instituições e entidades que melhor defendem os interesses segundo delegados do OP

| Representação                          | Num. Cit.<br>(ordem 1) | Freq.  | Num. Cit.<br>(ordem 2) | Freq.  | Num. Cit.<br>(ordem 3) | Freq.  |
|--|------------------------|--------|------------------------|--------|------------------------|--------|
| Políticos                              | 30                     | 7,8 %  | 48                     | 12,5 % | 78                     | 20,4 % |
| Partidos                               | 29                     | 7,6 %  | 41                     | 10,7 % | 70                     | 18,3 % |
| Juízes                                 | 39                     | 10,2 % | 29                     | 7,6 %  | 68                     | 17,8 % |
| Sindicatos e Associações Profissionais | 53                     | 13,8 % | 55                     | 14,4 % | 108                    | 28,2 % |
| Igrejas ou Cultos Religiosos           | 21                     | 5,5 %  | 19                     | 5,0 %  | 40                     | 10,4 % |
| Organizações não governamentais        | 39                     | 10,2 % | 42                     | 11,0 % | 81                     | 21,1 % |
| Associações de Moradores               | 155                    | 40,5 % | 89                     | 23,2 % | 244                    | 63,7 % |
| N.S.                                   | 7                      | 1,8 %  | 16                     | 4,2 %  | 23                     | 6,0 %  |
| N.R.                                   | 10                     | 2,6 %  | 14                     | 3,7 %  | 24                     | 6,3 %  |
| TOTAL OBS.                             | 383                    |        | 383                    |        | 383                    |        |

Observação: questão de escolha múltipla com duas opções por ordem de importância.

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

Pode-se aventar a hipótese de que essa camada participante adquiriu certa aprendizagem e conhecimento prático quanto ao jogo político-institucional que constitui o poder, com seus custos e benefícios. A experiência advinda da proximidade do jogo de conflitos, alianças e contradições que constituem a formação e o exercício do poder local pode ter propiciado sentido à dimensão política que normalmente não é oportunizada de forma tão intensa e palpável para o conjunto da população. Mas essa camada de militantes sociais (que caracteriza parte dos delegados) ancora-se em sua ação coletiva prioritariamente nos laços que constituem as redes de interesses articulados em determinado território ou por temas específicos. Nesse nível de ação é que se dá sua identidade maior e seu sentido de pertencimento.

Por outro lado, os delegados do OP demonstram avaliação otimista dos estágios da democracia no país: são crescentes as médias e os percentuais de avaliação da democracia no passado (há dez anos atrás - 5,90), que ocorre no presente (6,68) e que ocorrerá no futuro (daqui a dez anos - 7,77).

Esse “otimismo”, todavia, contrasta com a avaliação sobre a prática real dos governantes e sobre a percepção que eles têm da administração pública no Brasil. Em geral, opinam que a relação é de obediência dos cidadãos às decisões que são tomadas exclusivamente pelos governantes (**Tabela 17**). Contrariamente a esse tipo de democracia delegativa (O'Donnell, 1991), os membros do OP posicionam-se pela idéia de que “os governantes devem ouvir as opiniões dos cidadãos e decidir de acordo com a maioria (86,2%)”. Eles apresentam uma auto-imagem ou auto-avaliação positiva sobre competências políticas. Entendem que têm algo a dizer sobre o que o governa faz e julgam-se com boa compreensão e mais informados do que a maioria das pessoas para opinar sobre assuntos políticos importantes. Entretanto, para eles a população está excluída das decisões e a gestão governamental no Brasil é intransparente e não tem interesse em valorizar a opinião popular.

Tabela 17 - forma de atuação dos governantes no Brasil segundo delegados do OP

| Forma de ação dos governantes   | Casos | %     |
|---|-------|-------|
| Os governantes tomam decisões importantes e os cidadãos obedecem                            | 255   | 66,6% |
| Os governantes decidem, mas antes de aplicarem as decisões explicam-se aos cidadãos         | 70    | 18,3% |
| Os governantes ouvem as opiniões dos cidadãos antes e decidem em conformidade com a maioria | 45    | 11,7% |
| N.S.  | 11    | 2,9%  |
| N.R.  | 2     | 0,5%  |
| TOTAL   | 383   | 100%  |

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre 2008.

Esse juízo negativo também é válido para a percepção expressa sobre a prática da administração pública. Os dados, em geral, indicam uma percepção do funcionamento da administração pública ainda caracterizada pelos moldes tradicionais do particularismo, do patrimonialismo e do clientelismo. Apesar de a maioria entender que há um relativo compromisso da administração pública com as pessoas na prestação dos serviços<sup>8</sup>, a percepção é de baixa existência do conteúdo da *res publica* na gestão do Estado, pois para 60,1% a corrupção envolveria muitos ou todos os membros da administração pública (contra 6,8% que opina que quase ninguém ou poucas pessoas estariam envolvidas e outros 32,9% que entendem ser apenas alguns) constituindo-se a prática da corrupção em problema endêmico institucionalizado no país.

O sentimento de impunidade ou de impossibilidade de reversão de possíveis erros cometidos por gestores é outro indicativo da desconfiança nos governantes. Mais da metade (56,7%) acha “improvável” ou “muito improvável” que erros possam ser corrigidos (contra 33,9% que considera “provável” e 8,4% “muito provável”). Essa incapacidade de autoreforma do sistema ou mesmo de controle social sobre a prática dos administradores é corroborada pelo fato de que para 69,2% a administração pública não presta contas e não divulga de forma transparente e democrática seus resultados (24% opinaram que ela é transparente e outros 6,8% não souberam opinar).

Outros dados corroboram a opinião sobre a atualidade das práticas tradicionais que marcam a formação do Estado e da sociedade brasileira: mais de 70% considera que os vínculos pessoais são determinantes para o acesso aos bens e serviços públicos, mais da metade (56,9%) demonstra desconfiança na ação dos governantes e 71% expressa a opinião de que a maior parte dos políticos está na política para obter vantagens pessoais.

A desconfiança que se expressa em relação ao campo institucional de gestão é acompanhada pela desconfiança interpessoal, na medida em que mais de 70% opinou que na sociedade prevalece a “tentativa de vantagem” e não de “relações justas” entre as pessoas em geral. Da mesma forma, a maioria vê o outro indivíduo como um potencial ameaçador (64%), não pressupondo relações de confiança mútua. Em princípio esse dado sobre a desconfiança interpessoal pode ser surpreendente tratando-se do público do OP que vivencia em seu cotidiano situações de ação coletiva e de mobilização social para a tomada de decisões junto ao governo. Entretanto, a forma das perguntas sobre esse item não permite aprofundar o conhecimento da questão. Não é possível saber, por exemplo, se essa interpretação dos delegados do OP é válida para o público que participa desse dispositivo (em suas redes de relações e instâncias, de base ou de representação) ou se a opinião se refere aos indivíduos em geral. Não há condições, portanto, para se inferir possível mudança na confiança interpessoal na socialização oportunizada pelo OP.

8 16,2% consideram que a administração pública está “muito comprometida”; 44,1% “de alguma forma comprometida”; 33,7% “pouco comprometida” e 5,5% “nada comprometida”; 0,5% não-resposta.

Pode-se afirmar, em geral, que as percepções que os delegados do OP têm sobre a cultura política brasileira e as práticas governamentais são representadas pela inexistência de condutas baseadas em critérios universalistas, igualitários e impessoais, como condição estrutural que requer a cidadania moderna. Mas diferentemente do público pesquisado no conjunto da RMPA, o juízo negativo dos delegados do OP de PoA sobre os procedimentos da gestão sócio-estatal no país não tem como consequência o desinteresse ou mesmo a rejeição da política como instância de mediação social. Como visto anteriormente é alto o grau de interesse na política e de ativismo nos partidos e outras organizações sociais por parte desse grupo. Isso pode sugerir, na cultura política dos delegados, a produção de uma consciência social que leva em conta a relativa separação entre o regime político democrático e as possibilidades distintas que pode assumir o exercício da gestão pública em questões que caracterizam a noção de cidadania, como o compromisso público, a transparência, a participação nas decisões, a vigência da impessoalidade e de critérios igualitários e universalistas. O alto grau de interesse na política e o otimismo em relação à democracia - apesar do juízo crítico dos governantes - como vistos anteriormente, reforçariam essa hipótese.

## ATITUDES E AÇÃO POLÍTICA DOS DELEGADOS DO OP: MOBILIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E DISPOSIÇÃO PARA AÇÃO

Considerando-se a média geral do índice sobre *mobilização sociopolítica*, os delegados do OP de Porto Alegre apresentam, em geral, elevado grau de disposição para a ação comparativamente as médias da RMPA, do conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas no Brasil e inclusive dos demais países presentes na investigação. A média de 2,01 supera em larga escala a média brasileira (0,52) e a da RMPA (0,8). (No Brasil, a maior média é a da região metropolitana de São Paulo, com 0,91). (escala de 0 a 3). **(Tabela 18)**

Tabela 18 – Mobilização sociopolítica. Brasil, cidades selecionadas e delegados do OP.

| Mobilização sociopolítica    | Média               | N           |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| São Paulo                    | 0,91 <sup>c</sup>   | 384         |
| Rio de Janeiro               | 0,69 <sup>b</sup>   | 498         |
| <b>Porto Alegre</b>          | 0,84 <sup>c</sup>   | 383         |
| Porto Alegre/Delegados do OP | 2,01                | <b>383</b>  |
| Belo Horizonte               | 0,57 <sup>a</sup>   | 377         |
| Recife                       | 0,70 <sup>b</sup>   | 374         |
| Natal                        | 0,63 <sup>a,b</sup> | 375         |
| Goiânia                      | 0,69 <sup>b</sup>   | 380         |
| <b>Brasil</b>                | <b>0,70</b>         | <b>2000</b> |

Notas: Escala: 0 – nunca pertenceu a 3 – participa ativamente.

ANOVA:  $F(6, 2783) = 18,341$ ;  $p < 0,001$ .

Letras diferentes representam grupos estatisticamente diferentes entre si e letras iguais representam grupos não estatisticamente diferentes entre si. Duncan a  $p < 0,05$ .

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre 2007

Esse grau relativamente elevado de mobilização sociopolítica é verificado, inicialmente, pelos índices que demonstram haver disposição dos delegados do OP para envolver-se em discussões com outros indivíduos em seu cotidiano. 66,9% discute assuntos políticos de modo “freqüente” ou “alguns vezes” quando está entre amigos (contra 21,2% que os faz “raramente” ou “nunca”). A maioria afirma (52%) que, quando possui opinião firme sobre qualquer assunto, costuma ter uma interação de convencimento dos demais que constituem suas relações, sejam amigos, colegas de trabalho, familiares. Da mesma forma, a grande maioria opinou como sendo muito provável ou provável (soma de 81,2%) a disposição de se mobilizar, seja sozinho ou coletivamente, contra uma situação hipotética de aprovação de uma lei considerada injusta por eles. Esse dados, em conjunto, indicam um perfil pró-ativo no padrão da disposição para a ação social e política cotidiana desse segmento de indivíduos do OP.

Esse ativismo dos delegados do OP é acompanhado por uma perspectiva de eficácia de sua ação social e política. A maioria (50,1%) entende que seria “muito provável” ou provável” que as instituições legislativas nacionais levassem em conta a sua reivindicação contrária à lei. Esse percentual

é superior ao verificado na amostra da RMPA, de 40,4%, e pode significar que a experiência do OP - baseada na dinâmica de atendimento pelo Estado das reivindicações comunitárias - ajude a produzir certa crença na validade, isto é, na eficácia da ação dos cidadãos em assuntos públicos.

Dentre as modalidades de ação, se destaca em primeiro lugar a “participação em comícios ou reuniões políticas” (média de 2,53), seguida da prática de “assinar petição ou fazer abaixo assinado” (2,26). A ação em partidos políticos é coerente com o alto grau de pertencimento aos partidos políticos verificada entre os delegados do OP. A ação com a menor média é a “participação em discussões pela internet (1,52)”. **(Tabela 19)**. De forma geral, os dados indicam que essa parcela de participantes do OP - eleitos anualmente pelas assembleias dos moradores - possui um perfil de ativismo social e político que contrasta com a apatia ou a indiferença de grande parte da população no país, conforme apontam em geral as pesquisas nacionais.

Tabela 19 - Médias das modalidades de ação social e política dos delegados do OP

| Modalidades de ação social e política  | Médias      |
|--|-------------|
| BOICOTAR OU COMPRAR DETERMINADOS PRODUTOS, POR RAZÕES POLÍTICAS, ÉTICAS OU AMBIENTAIS                    | 1,76        |
| PARTICIPAR NUMA MANIFESTAÇÃO OU ASSEMBLÉIA   | 2,38        |
| PARTICIPAR NUMA REUNIÃO POLÍTICA OU COMÍCIO  | 2,53        |
| CONTATAR, OU TENTAR CONTATAR, UM POLÍTICO OU UM FUNCIONÁRIO DO GOVERNO PARA EXPRESSAR SEU PONTO DE VISTA | 2,14        |
| TENTAR RECOLHER FUNDOS OU CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE PARA UMA CAUSA PÚBLICA                              | 1,91        |
| CONTATAR OU APARECER NA MÍDIA PARA EXPRESSAR AS SUAS OPINIÕES  | 1,6         |
| PARTICIPAR NUM FÓRUM OU GRUPO DE DISCUSSÃO ATRAVÉS DA INTERNET   | 1,52        |
| ASSINAR UMA PETIÇÃO OU FAZER UM ABAIXO ASSINADO  | 2,26        |
| <b>Média do grupo mobilização sociopolítica</b>  | <b>2,01</b> |

Observações: Avalia o comportamento com índice de 0 a 3 (3 – fez no último ano; 2 – fez em anos anteriores; 1 – não fez, mas poderia fazer; 0 – nunca o faria)

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre 2008

Mas a relativa experiência de ação sociopolítica não é uniforme dentre os delegados. Ela é influenciada tanto pela desigualdade socioeconômica (escolaridade e renda familiar) como pelo tempo de participação no OP.

Como se pode observar, quanto maior o nível de escolaridade e de renda maior são as médias em cada uma das ações investigadas (com a única exceção de leve quebra entre os que possuem ensino médio e ação de participação em comícios ou reuniões políticas). As assimetrias são mais significativas em determinados tipos de ação: o grupo com menor nível de escolaridade e menos renda familiar apresenta médias significativamente menores nas ações de abaixo assinado, boicote a produtos, contatos políticos, coleta de fundos, contatos com a mídia e discussão na internet. Surpreende a assimetria na prática do abaixo assinado em desfavor dos menos escolarizados, pois se trata de prática tradicional largamente difundida por entidades sociais, que exige pouco nível de engajamento e de custos sociais, comparativamente a outras modalidades. Isso pode indicar um padrão menos intenso de atuação sociopolítica dos segmentos mais pobres, mesmo sendo integrantes de uma prática de democracia participativa como o OP.



Por outro lado, os grupos com ensino superior e renda maior que 10 salários mínimos apresentam um padrão de ação mais intenso em quase todos os tipos de ações pesquisadas. Como se pode ver (**Tabela 20**) são nas mesmas modalidades de ação citadas acima (contato político, coleta de fundos, contato com a mídia e discussão na internet) que este ativismo é estatisticamente mais significativo no grupo com nível de ensino superior.

Tabela 20- Médias das Modalidades de Ação Sociopolítica e Escolaridade dos Delegados do Orçamento Participativo de Porto Alegre

| ESCOLARIDADE               | MÉDIA | ABAIXO ASSINADO | BOICOTE | MANIFESTAÇÃO | REUNIÃO | CONTATO POLÍTICO | COLETA DE FUNDOS | CONTATO COM MÍDIA | DISCUSSÃO INTERNET |
|----------------------------|-------|-----------------|---------|--------------|---------|------------------|------------------|-------------------|--------------------|
| Até a 4ª série fundamental | 1,71  | 2,03            | 1,59    | 2,08         | 2,34    | 1,76             | 1,46             | 1,19              | 1,25               |
| 5ª a 8ª fundamental        | 1,81  | 2,08            | 1,52    | 2,29         | 2,45    | 1,95             | 1,68             | 1,35              | 1,18               |
| Ensino médio               | 2,13  | 2,34            | 1,87    | 2,48         | 2,64    | 2,29             | 2,09             | 1,73              | 1,60               |
| Ensino superior            | 2,28  | 2,59            | 2,00    | 2,52         | 2,56    | 2,43             | 2,18             | 1,98              | 1,95               |
| CONJUNTO                   | 2,01  | 2,26            | 1,76    | 2,38         | 2,53    | 2,14             | 1,91             | 1,60              | 1,52               |

Escala de 0 a 3 (3 – fez no último ano; 2 – fez em anos anteriores; 1 – não fez, mas poderia fazer; 0 – nunca o faria) Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os números em azul e vermelho correspondem às médias por categoria significativamente diferentes, respectivamente, para mais e para menos, do conjunto da amostra (ao risco de 5%).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008

A assimetria é ainda maior quando é tomada, isoladamente, a renda familiar. O grupo com renda acima de 10 salários mínimos apresenta um padrão de mobilização significativamente maior em praticamente todas as modalidades de atuação (com exceção da participação em reuniões e comícios políticos). Já os mais pobres (faixa de renda até dois salários mínimos), a média é significativamente menor em dois tipos de ações específicas, coleta de fundos e discussão na internet, ações estas que dependem de determinadas condições objetivas como base para sua realização (**Tabela 21**).

Tabela 21 - Médias das Modalidades de Ação Sociopolítica e Renda Familiar

| RENDA FAMILIAR | MÉDIA | ABAIXO ASSINADO | BOICOTE | MANIFESTAÇÃO | REUNIÃO | CONTATO POLÍTICO | COLETA DE FUNDOS | CONTATO COM MÍDIA | DISCUSSÃO INTERNET |
|----------------|-------|-----------------|---------|--------------|---------|------------------|------------------|-------------------|--------------------|
| ATÉ 2 SM       | 1,85  | 2,10            | 1,62    | 2,22         | 2,48    | 1,99             | 1,61             | 1,45              | 1,32               |
| 2 A 5 SM       | 2,00  | 2,25            | 1,72    | 2,44         | 2,52    | 2,09             | 1,91             | 1,55              | 1,51               |
| 5 A 10 SM      | 2,21  | 2,50            | 1,78    | 2,48         | 2,65    | 2,45             | 2,39             | 1,81              | 1,59               |
| MAIS DE 10 SM  | 2,49  | 2,75            | 2,31    | 2,75         | 2,67    | 2,69             | 2,53             | 2,00              | 2,19               |
| CONJUNTO       | 2,01  | 2,26            | 1,76    | 2,38         | 2,53    | 2,14             | 1,91             | 1,60              | 1,52               |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os números em azul e vermelho correspondem às médias por categoria significativamente diferentes, respectivamente, para mais e para menos, do conjunto da amostra (ao risco de 5%).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008

Analisando-se pelas faixas etárias observa-se que os mais jovens, em geral, apresentam menor predisposição para a mobilização sociopolítica (menor média comparativa - 1,87). Embora o único tipo de atuação estatisticamente significativo, nesse sentido acima, seja o do contato político, denotando talvez menor experiência desse grupo quanto a esse tipo de interação, há um padrão

das médias em quase todas as modalidades de ação que sinalizam para esse menor ativismo dos jovens. A exceção, como esperado, é a discussão pela internet, que apresenta a maior média das faixas etárias (1,67). **(Tabela 22)**

Tabela 22 - Médias das Modalidades de Ação Sociopolítica e Faixa etária

| FAIXA ETÁRIA | MÉDIA | ABAIXO ASSINADO | BOICOTE | MANIFESTAÇÃO | REUNIÃO | CONTATO POLÍTICO | COLETA DE FUNDOS | CONTATO COM MÍDIA | DISCUSSÃO INTERNET |
|--------------|-------|-----------------|---------|--------------|---------|------------------|------------------|-------------------|--------------------|
| 18-29 anos   | 1,87  | 2,13            | 1,58    | 2,28         | 2,48    | <b>1,68</b>      | 1,78             | 1,39              | 1,67               |
| 30-39 anos   | 1,98  | 2,32            | 1,82    | 2,35         | 2,44    | 2,21             | 1,84             | 1,41              | 1,42               |
| 40-49 anos   | 2,05  | 2,34            | 1,74    | 2,44         | 2,56    | 2,14             | 1,89             | 1,76              | 1,50               |
| 50 anos ou + | 2,06  | 2,23            | 1,80    | 2,39         | 2,59    | 2,26             | 2,00             | 1,66              | 1,54               |
| CONJUNTO     | 2,01  | 2,26            | 1,76    | 2,38         | 2,53    | 2,14             | 1,91             | 1,60              | 1,52               |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os números em **vermelho** correspondem às médias por categoria significativamente diferentes, para menos, do conjunto da amostra (ao risco de 5%).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre 2008

Esses dados indicam as dificuldades advindas dos maiores custos para a ação sociopolítica das camadas sociais de baixa renda e com menor escolaridade no país. Não sem razão os que percebem renda familiar até dois salários mínimos tem média de 1,85 contra 2,49 dos que têm renda de mais de 10 salários mínimos, assim como os de nível de instrução até a 4ª série do ensino fundamental tem média 1,71 contra 2,28 do grupo com ensino superior. Essas assimetrias demonstram o desafio da equidade das práticas de participação - em um país profundamente desigual - no que tange aos custos mais igualitários das oportunidades de participação, como nos resultados em ganhos de consciência e de aprendizagens de exercício da cidadania ativa. Em que pese as assimetrias, a clara tendência de crescimento das médias em todas as modalidades de ação de acordo com o maior tempo de participação no OP, sugere que esse processo pode estar se constituindo como estrutura de oportunidades para aprendizagens de cidadania ativa **(Tabela 23)**.

Tabela 23. Médias das Modalidades de Ação Sociopolítica e Tempo de Participação no OP

| TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO OP | MÉDIA | ABAIXO ASSINADO | BOICOTE     | MANIFESTAÇÃO | REUNIÃO     | CONTATO POLÍTICO | COLETA DE FUNDOS | CONTATO COM MÍDIA | DISCUSSÃO INTERNET |
|-----------------------------|-------|-----------------|-------------|--------------|-------------|------------------|------------------|-------------------|--------------------|
| menos de 4 anos             | 1,83  | 2,12            | 1,6         | <b>2,17</b>  | <b>2,34</b> | <b>1,9</b>       | <b>1,73</b>      | <b>1,35</b>       | 1,43               |
| de 4 a 12 anos              | 2,04  | 2,3             | 1,72        | 2,47         | <b>2,67</b> | 2,19             | 1,94             | 1,6               | 1,44               |
| 12 anos ou mais             | 2,34  | <b>2,51</b>     | <b>2,18</b> | <b>2,67</b>  | 2,67        | <b>2,56</b>      | <b>2,22</b>      | <b>2,07</b>       | <b>1,85</b>        |
| CONJUNTO                    | 2,01  | 2,26            | 1,76        | 2,38         | 2,53        | 2,14             | 1,91             | 1,6               | 1,52               |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os números em **azul** e **vermelho** correspondem às médias por categoria significativamente diferentes, respectivamente, para mais e para menos, do conjunto da amostra (ao risco de 5%).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre 2008

Por outro lado, tomando-se os tipos de ações mais utilizados pelos diferentes grupos pode-se inferir a hipótese de que os delegados com maior nível de ensino e de renda apresentam certas condições que os tornam propícios a adotar modalidades de ação mais aproximadas da chamada Nova Cultura Política. Eles se destacam em mobilizações tais como boicote a produtos, participação em manifestações, contatos políticos e contatos com a mídia, coleta de fundos e discussão na internet. Ações estas que se presume sejam mais horizontais, menos orgânicas e relativamente efêmeras no tempo.

A conhecida barreira à participação e ao exercício da cidadania ativa, por parte dos mais pobres, é reforçada pelo dado que demonstra que na faixa de renda até dois salários mínimos em

comparação com os de renda superior a essa a média é significativamente menor em dois tipos de ações que dependem, embora não necessariamente, de determinadas condições objetivas para sua realização, quais sejam, “coleta de fundos” e “discussão na internet”.

### Nível de associativismo entre os delegados do OP

É alta a média do associativismo entre os delegados do OP (2,32 em escala de 0 = nunca pertenceu a 3 = participa ativamente) (**Tabela 24**). Apesar de o OP ser um sistema aberto à participação individual - que não confere previamente monopólio de representação a organizações sociais - o sistema se baseia na ação coletiva dos participantes, em busca da eficácia na satisfação de suas demandas por infra-estrutura, bens e serviços urbanos.

Tabela 24 – Associativismo e Ação Política e Social (médias) – Brasil, cidades selecionadas e delegados do OP

|                              | Associativismo      |            |
|------------------------------|---------------------|------------|
|                              | Média               | N          |
| São Paulo                    | 0,66 <sup>d</sup>   | 384        |
| Rio de Janeiro               | 0,51 <sup>b</sup>   | 499        |
| <b>Porto Alegre</b>          | 0,60 <sup>c,d</sup> | 383        |
| Porto Alegre/Delegados do OP | 2,32                | <b>383</b> |
| Belo Horizonte               | 0,37 <sup>a</sup>   | 383        |
| Recife                       | 0,42 <sup>a</sup>   | 381        |
| Natal                        | 0,41 <sup>a</sup>   | 379        |
| Goiânia                      | 0,55 <sup>b,c</sup> | 381        |
| <b>Brasil</b>                | 0,52                | 2000       |

Notas: Escala: 0 – nunca pertenceu a 3 – participa ativamente.

ANOVA:  $F(6, 2783) = 18,341$ ;  $p < 0,001$ .

Letras diferentes representam grupos estatisticamente diferentes entre si e letras iguais representam grupos não estatisticamente diferentes entre si. Duncan a  $p < 0,05$ .

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

Como esperado, devido ao caráter principalmente territorial do modelo do OP, o maior percentual de pertencimento ocorre nas Associações de Moradores ou outros tipos de associações voluntárias (média de 2,78 e 89,3%) (sendo 79,6% participantes ativos e 9,7% apenas pertencentes, contra apenas 5% que nunca pertenceu). O vínculo religioso é o segundo indicado com média 2,3 e 50,9% (35,2% de participação ativa), demonstrando, nesse item, semelhança com os índices achados na RMPA. Mas, diferentemente da RMPA, os delegados do OP indicam o dobro do percentual dos que não possuem nenhum vínculo com igrejas ou organizações religiosas (33,4% contra 15,2%), o que não significa obviamente, que a religiosidade não exerça papel importante nas representações sociais e, portanto, na cultura política dos delegados.

Tabela 25 - Médias das formas de associativismo dos delegados do OP

| Associativismo  | Médias<br>Tipos de organização |
|---|--------------------------------|
| PARTIDO POLÍTICO  | 2,4                            |
| SINDICATO, GRÊMIO OU ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL            | 2,1                            |
| IGREJA OU OUTRA ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA                   | 2,3                            |
| GRUPO DESPORTIVO, CULTURAL OU RECREATIVO                | 2,02                           |
| ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, OU OUTRA ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA | 2,78                           |
| <b>Média do grupo associativismo</b>                    | <b>2,32</b>                    |

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

Analisando-se por condições de vida, não há diferenças significativas ou mesmo qualquer tendência nas médias que indique interveniência dos níveis de ensino, do sexo, de raça/etnia ou das faixas etárias dos delegados em seus vínculos associativos. Percebe-se, entretanto, que os jovens (18 a 29 anos) apresentam tendência de menor nível associativo, pois sua média é a menor dentre as faixas de idade (2,16). Isso ocorre mesmo nas formas “grupo desportivo, cultural ou recreativo” (Tabela 27). Esses dados mostrando que os jovens desenvolvem menor intensidade de ativismo mesmo naquelas ações mais fluídas e efêmeras (boicote a produtos, participação em manifestações, coleta de fundos ou contato com a mídia), conforme visto na análise das modalidades de ação, enfraquecem a hipótese da vigência ou da indução de uma Nova Cultura Política dentre os participantes do OP.

Tabela 26 - Médias das Formas de Associativismo e Escolaridade dos delegados do OP

| ESCOLARIDADE               | MÉDIA | PARTIDO<br>POLÍTICO | SINDICATO/<br>ASSOCIAÇÃO | IGREJA | GRUPO DESPORTIVO,<br>CULTURAL OU<br>RECREATIVO | OUTRAS<br>ASSOCIAÇÕES<br>VOLUNTÁRIAS |
|----------------------------|-------|---------------------|--------------------------|--------|--|--------------------------------------|
| Até a 4ª série fundamental | 2,26  | 2,47                | 1,67                     | 2,44   | 1,88   | 2,83                                 |
| 5ª a 8ª fundamental        | 2,31  | 2,31                | 2,12                     | 2,34   | 1,93   | 2,83                                 |
| Ensino médio               | 2,34  | 2,4                 | 2,15                     | 2,31   | 2,1  | 2,73                                 |
| Ensino superior            | 2,30  | 2,5                 | 2,12                     | 2,11   | 2,02   | 2,77                                 |
| CONJUNTO                   | 2,32  | 2,4                 | 2,1                      | 2,3    | 2,02   | 2,78                                 |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os critérios não permitem discriminar as categorias.

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

Tabela 27 - Médias das Formas de Associativismo e Faixa etária

| FAIXA ETÁRIA | MÉDIA | PARTIDO<br>POLÍTICO | SINDICATO/<br>ASSOCIAÇÃO | IGREJA | GRUPO DESPORTIVO,<br>CULTURAL OU<br>RECREATIVO | OUTRAS<br>ASSOCIAÇÕES<br>VOLUNTÁRIAS |
|--------------|-------|---------------------|--------------------------|--------|--|--------------------------------------|
| 18-29 anos   | 2,16  | 2,30                | 2,00                     | 1,96   | 1,79   | 2,73                                 |
| 30-39 anos   | 2,25  | 2,23                | 2,11                     | 2,27   | 1,90   | 2,75                                 |
| 40-49 anos   | 2,39  | 2,48                | 2,13                     | 2,40   | 2,18   | 2,77                                 |
| 50 anos ou + | 2,35  | 2,43                | 2,11                     | 2,34   | 2,05   | 2,81                                 |
| CONJUNTO     | 2,32  | 2,40                | 2,10                     | 2,30   | 2,02   | 2,78                                 |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os critérios não permitem discriminar as categorias.

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

Já a renda familiar aparece associada, estatisticamente, em duas situações: os de menor renda (até dois salários mínimos) participam menos dos partidos políticos e o grupo com renda superior a dez salários participa mais das associações voluntárias ou de moradores (**Tabela 28**).

Tabela 28 - Médias das Formas de Associativismo e Renda Familiar dos delegados do OP

| RENDA FAMILIAR       | MÉDIA | PARTIDO POLÍTICO | SINDICATO/ ASSOCIAÇÃO | IGREJA | GRUPO DESPORTIVO, CULTURAL OU RECREATIVO | OUTRAS ASSOCIAÇÕES VOLUNTÁRIAS |
|----------------------|-------|------------------|-----------------------|--------|--|--------------------------------|
| ATÉ 2 SM             | 2,17  | <b>2,16</b>      | 1,83                  | 2,35   | 1,79                                     | 2,71                           |
| <b>2 A 5 SM</b>      | 2,34  | 2,42             | 2,13                  | 2,23   | 2,11                                     | 2,81                           |
| <b>5 A 10 SM</b>     | 2,42  | <b>2,70</b>      | 2,35                  | 2,33   | 2,00                                     | 2,72                           |
| <b>MAIS DE 10 SM</b> | 2,39  | 2,44             | 2,08                  | 2,25   | 2,20                                     | <b>3,00</b>                    |
| <b>CONJUNTO</b>      | 2,32  | 2,40             | 2,10                  | 2,30   | 2,02                                     | 2,78                           |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os números em azul e vermelho correspondem às médias por categoria significativamente diferentes, respectivamente para mais e para menos, do conjunto da amostra (ao risco de 5%).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

Embora ocorra tendência de crescimento dos vínculos associativos conforme o aumento do tempo de participação no OP (crescimento das médias no tempo), não é possível concluir que a variável tempo desempenhe papel direto de incentivo à organização social na cidade. Dados de pesquisas anteriores mostram inclusive que é decrescente o percentual de participação em entidades por parte do público em geral que integra as edições anuais do OP: passou de 76% em 1995 para 57% em 2005 (Fedozzi, 2007, p. 30).

Tabela 29 - Médias das Formas de Associativismo e Tempo de Participação no OP

| TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO OP | MÉDIA | PARTIDO POLÍTICO | SINDICATO/ ASSOCIAÇÃO | IGREJA | GRUPO DESPORTIVO, CULTURAL OU RECREATIVO | OUTRAS ASSOCIAÇÕES VOLUNTÁRIAS |
|-----------------------------|-------|------------------|-----------------------|--------|--|--------------------------------|
| <b>menos de 4 anos</b>      | 2,28  | 2,31             | 1,98                  | 2,39   | 1,97                                     | 2,74                           |
| <b>de 4 a 12 anos</b>       | 2,30  | 2,27             | 2,07                  | 2,32   | 2,07                                     | 2,77                           |
| <b>12 anos ou mais</b>      | 2,40  | <b>2,72</b>      | 2,27                  | 2,14   | 2,02                                     | 2,86                           |
| <b>CONJUNTO</b>             | 2,32  | 2,4              | 2,1                   | 2,3    | 2,02                                     | 2,78                           |

Os valores da tabela são as médias calculadas sem considerar as não-respostas.

Os números em azul correspondem às médias por categoria significativamente diferentes do conjunto da amostra (ao risco de 5%).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.

Além disso, dois fenômenos são instigantes para analisar essa complexa relação entre as duas décadas de participação que ocorre por meio do OP e o nível de associativismo dos seus integrantes: o decréscimo de organizações autônomas da sociedade civil, como os Conselhos Populares ou Uniões de Vilas existentes na fase anterior ao OP (1978-1988) e que desempenharam papel importante na construção do sistema de participação institucional iniciado em 1989 (em 2005, apenas 0,4% disseram pertencer a essas entidades); e o crescimento percentual (de mais de 150% entre 2002 e 2005) de vínculos com movimentos sociais, ONG's e Clubes de Mães, que representaram 19,5% dos vínculos dos participantes do OP em geral, em 2005 (ibidem, p. 33).

O significado desse crescimento precisa, entretanto, ser melhor apurado. Por um lado, porque o surgimento de organizações não-governamentais é consoante com a nova realidade nacional e

internacional da ação coletiva que pode representar novas formas de ação menos hierárquicas comparativamente às organizações tradicionais (sindicatos, associações de moradores, entidades profissionais, partidos, etc.). No OP, esses movimentos expressam principalmente os temas da cultura, do cooperativismo habitacional e das pessoas com deficiência. Mas, por outro lado, a realidade da experiência do OP de PoA demonstra que a terceirização de serviços públicos (que se prolifera no contexto internacional) tem incentivado a criação de muitas organizações ou mesmo transformado o caráter da ação das Associações de Moradores existentes, ao repassar para elas funções de prestação de serviços comunitários, especialmente nas áreas da assistência social e da cultura, por meio de convênios entre a Prefeitura e as entidades populares. Não se trata aqui da simples transferência de responsabilidades das políticas de bem-estar social para organizações civis ou privadas, que poderia caracterizar uma Nova Cultura Política. Mas, sim, do estabelecimento de novas relações entre o Estado e formas associativas da sociedade civil, que as mantém dependentes dos fundos públicos, com prováveis efeitos políticos e culturais no sentido de atualizar velhas formas de clientela e de dependência do Estado.

Todas essas questões que tornam complexa a análise do tema associativismo em Porto Alegre não obscurecem o mérito de que o OP parece desempenhar um papel catalisador de parcela importante da ação coletiva e das formas associativas do município. Por meio dele, é oportunizado o contato permanente entre o tecido social mobilizado e os governantes da cidade que fortalece o interesse pela política e pelas formas de controle social da cidadania ativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Cabe retomar, a título de consideração final, as questões que permearam o desenvolvimento do estudo com os delegados do OP. Primeiramente, se intentou verificar até que ponto os valores e os padrões de atuação desse grupo mais ativo do OP estariam expressando a vigência de padrões associados à chamada Nova Cultura Política. Em segundo lugar, se objetivou constatar evidências que possam sugerir a construção de uma cultura democrática e de aprendizagens para a cidadania ativa por meio do OP, frente à tradição historicamente autoritária da matriz de formação do Brasil.

No que tange ao primeiro aspecto, ressalte-se que tanto nos quesitos dos deveres quanto nos quesitos dos direitos, assim como nos índices de mobilização sociopolítica e de associativismo, as médias apresentadas pelos delegados do OP são superiores às verificadas nas regiões metropolitanas e cidades pesquisadas no país (com exceção do dever de “escolher produtos por razões políticas, éticas ou ambientais”). Os delegados do OP apresentam maior nível de consciência de cidadania, de ativismo sociopolítico, de associativismo e de interesse pela política como instância de mediação social.

Não obstante, o conjunto dos dados contraria a hipótese da existência de um padrão de valores e de atuação atinentes à Nova Cultura Política. Embora haja crescimento da valorização da instância local - provável efeito da eficácia no atendimento de demandas de bens e serviços urbanos que o OP tem promovido - permanece no imaginário dos participantes a relevância da responsabilidade da União e da presidência da república.

Da mesma forma, as percepções dos direitos e dos deveres de cidadania para a grande maioria dos delegados do OP, incluindo-se os segmentos de renda e de escolaridades distintos, estão associadas principalmente a um forte conteúdo de igualdade social como tarefa clássica não resolvida pela sociedade brasileira. Nessa tarefa, o Estado tem um papel central para prover o bem-estar e o deve fazer com participação e controle social por parte da sociedade civil.

Somente quando se analisam os tipos de ações mais utilizados pelos diferentes grupos há alguns indícios que podem sugerir que os que possuem maior nível de ensino apresentam certas disposições mais próximas às modalidades de ação identificadas pela Nova Cultura Política. Eles se destacam em ações que se presume sejam mais horizontais, menos orgânicas e relativamente efêmeras no tempo, tais como contatos políticos, contatos com a mídia, coleta de fundos e discussão na internet. Mas esta possibilidade não pode ser generalizada, não se confirmando, portanto, a hipótese, dentre os delegados do OP, do alargamento ou mesmo do deslocamento, no âmbito de uma Nova Cultura Política, da preocupação com os temas clássicos ligados à desigualdade social para temas de caráter sócio-cultural - como seria a ação de boicotar produtos por razões éticas, políticas ou ambientais, por exemplo. É baixa a importância atribuída pelos delegados do OP a temas específicos e menos “objetivos” ou concretos, a exemplo do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, do consumo responsável, das políticas para gênero, juventude e voltadas para questões de caráter racial e/ou étnico.

Mas, em que pese os maiores índices nas médias que indicam nível mais elevado de consciência de cidadania por parte dos delegados do OP, se evidencia limites quanto à consciência necessária para a transformação da ordem social. O direito de participação em ações de desobediência civil, por exemplo, é relevante (significância estatística) apenas quando analisado pelo critério racial/

étnico, quando os de cor preta apresentam essa disposição, seguidos pelos jovens, dentre 18 a 29 anos, embora estes com média sem significância estatística. Esse dado é de alto significado para a cultura política do país e provavelmente expressa o processo de construção da identidade negra que vem ocorrendo nas últimas décadas na sociedade brasileira.

Outro limite advém das assimetrias evidenciadas em termos de condições socioeconômicas (escolaridade e renda) na análise das modalidades de atuação dos participantes. Maior renda e maior nível de ensino estão associados ao aumento da participação nas ações em geral (com exceção de leve quebra entre os que possuem ensino médio e ação de participação em comícios ou reuniões políticas). As assimetrias são mais significativas em determinados tipos de ação: o grupo com menor nível de escolaridade e menos renda familiar apresenta médias significativamente menores nas ações de abaixo assinado, boicote a produtos, contatos políticos, coleta de fundos, contatos com a mídia e discussão na internet. Os dados indicam barreiras e custos maiores dos mais pobres que lhes dificulta o nível de intensidade de atuação.

Como visto, os delegados do OP possuem elevados níveis de vínculos associativos no âmbito da sociedade civil, o que expressa coerência com a trajetória histórica de construção dessa modalidade de participação. Os tipos de associativismo, todavia, representam as formas clássicas da ação coletiva ocorrida no período de redemocratização e da ativação da sociedade civil no país: associações de moradores (principalmente), partidos políticos, igrejas, sindicatos ou associações profissionais. Ora, essas organizações indicadas apresentam, em geral, padrões de atuação mais hierárquicos e tradicionais, que não se coadunam com as formas de ação identificadas com a Nova Cultura Política. Além disso, os jovens (18 a 29 anos) apresentam tendência de menor nível associativo (embora não significativamente) mesmo naquelas ações mais fluídas e efêmeras, tais como boicote a produtos, participação em manifestações, coleta de fundos ou contato com a mídia, conforme visto na análise das modalidades de ação. Essa menor intensidade na ação dos jovens também não endossa um suposto da Nova Cultura Política. Diferentemente de algumas cidades, o OP de Porto Alegre não apresenta oportunidades apropriadas em termos de linguagens e de estruturas para a participação da juventude. Esse segmento da população da cidade é subrepresentado no OP.

Embora ocorra tendência de crescimento dos vínculos associativos conforme o aumento do tempo de participação no OP (crescimento das médias no tempo), não é possível concluir que a variável tempo desempenhe papel direto para o maior nível de organização social na cidade. Dados de pesquisas anteriores mostram inclusive que é decrescente o percentual de participação em entidades por parte do público em geral que integra as edições anuais do OP: passou de 76% em 1995 para 57% em 2005 (Fedozzi, 2007, p. 30). Essa é uma questão cuja complexidade desafia o conhecimento e a reflexão crítica sobre a relação entre o funcionamento do OP, há duas décadas, e as formas de ação coletiva que vêm se (re)estruturando na cidade. O crescimento percentual das organizações não-governamentais, dos movimentos sociais, assim como dos grupos vinculados aos temas da cultura, do esporte, da recreação e do carnaval (em detrimento das Associações de Moradores), pode tanto representar o novo contexto de terceirização na prestação de serviços (por meio do crescimento do uso de convênios entre a Prefeitura e as entidades para repasse de verbas), quanto novas formas de ação menos tradicionais, no sentido postulado pela Nova Cultura Política.

O possível papel de aprendizagens para a cidadania ativa se destaca mais pelo crescimento do ativismo em todas as modalidades de ação sociopolítica, assim como no nível relacionado à atividade política propriamente dita, ao olhar crítico quanto às formas de gestão pública e à valorização do regime democrático participativo. Mas, diferentemente do que ocorre com os direitos e deveres - quando *não* são percebidas grandes diferenças associadas ao maior tempo de participação - tanto nas modalidades de atuação sociopolítica, como na percepção da política, há clara tendência de



crescimento associado ao maior tempo de exposição ao OP. Ou seja, o grupo com mais tempo de OP está associado significativamente ao maior ativismo sociopolítico, ao maior interesse na política e a maior adesão aos partidos políticos. Esses aspectos, embora com assimetrias decorrentes das condições de renda familiar, escolaridade e faixa etária, sugerem que o OP possa estar se constituindo como estrutura de oportunidades para aprendizagens favoráveis à cultura de cidadania ativa, no contexto geral em que se observam atitudes e percepções de descrédito na política e na eficácia da ação coletiva.

Não deve ser descartada, entretanto, a hipótese de possíveis efeitos perversos dessa “politização” da vanguarda do OP, representada pelas práticas de instrumentalização, cooptação e exclusão de grupos por razões partidárias. Hipótese que ganha relevo após a intensificação da polarização política decorrente da derrota eleitoral do PT nas eleições de 2004 (após quatro mandatos consecutivos) e 2008. Novas investigações devem aprofundar essa hipótese relevante.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

AZEVEDO, Sérgio de; SANTOS Jr., Orlando Alves; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Cidade, cidadania e segmentações sócio-territoriais no Brasil*. Trabalho apresentado no XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belém-PA, maio/2007.

CABRAL, Manuel Villaverde; SILVA, Filipe Carreira da. *Cidade e cidadania: o “efeito-metrópole” sobre o exercício da cidadania*. s/d, mimeo.

CLARK, Terry Nichols et al. Amenities drive urban growth. *Journal of urban affairs*, vol.24, n.5, p.493-515, 2002.

CLARK, Terry Nichols; INGLEHART, Ronald. The new political culture: changing dynamics of support for the Welfare State and other policies in postindustrial societies. In: CLARK, Terry Nichols; HOFFMANN-MARTINOT, Vincent (eds.). *The new political culture*. Boulder: Westview Press, 1998.

DaMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991a.

DaMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1991b.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1958.

FEDOZZI, Luciano. *Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas. Tomo Editorial, 2007. (ver [www.obervapoa.com.br](http://www.obervapoa.com.br))

FEDOZZI, Luciano. *O eu e os outros. Participação e transformação da consciência moral e de cidadania*. Porto Alegre: Tomo Editorial e RJ: Observatório das Metrópoles, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 83.

\_\_\_\_\_. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

KOHLBERG, Lawrence. Stage and sequence: The cognitive developmental approach to socialization. In: *Handbook of socialization theory and research*. David Goslin. Ed. Rand Mc Nally e Company, EUA, 1969.

\_\_\_\_\_. *The philosophy of moral development*. San Francisco: Harper & Row, 1981.

O'DONNELL, Guilherme. Democracia Delegativa? *Novos Estudos*. São Paulo. CEBRAP. n.31. outubro. 1991.

SILVA, Marcelo Kunrath e CÔRTEZ, Soraya Vargas. *Cultura Política e Cidadania: uma análise das representações e da atuação políticas dos moradores da Região Metropolitana de Porto Alegre*. Observatório das Metrópoles, s/d.